

ECC

Estudos de
Comunicação
e Cultura

Cognition
and
Translatability

Mudam-se os tempos, mudam-se as traduções?

Reflexões sobre os vínculos entre (r)evolução e tradução

Alexandra Lopes
e Maria Lin Moniz [coord.]



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
EDITORIA

Um episódio cosmopolita oculto: as atividades de tradução pelos exilados absolutistas em Paris (1834-1843)

Rita Bueno Maia¹

Resumo: No seu artigo de 2013 «What Does the Comparative Do for Cosmopolitanism», César Domínguez chama a atenção para a relevância do estudo das «tradições [cosmopolitas] ocultas», como é o caso da tradição literária cigana. Por «cosmopolita», Domínguez entende tradições literárias que são quer multilingues quer produto de uma comunidade deslocada. Como «ocultas», o autor refere-se àquelas atividades cosmopolitas que foram ignoradas pelos comparatistas, devido à sua falta de «sofisticação».

O presente artigo pretende apresentar um episódio cosmopolita desconhecido da Literatura Portuguesa, a saber, as atividades literárias dos exilados absolutistas em Paris depois da Guerra Civil (1828-1834).

Primeiramente, argumentar-se-á que estas atividades se encontram ausentes das Histórias da Literatura Portuguesa. Obras como Saraiva/Lopes (1997) parecem ter delimitado a figura do exilado oitocentista português a um pequeno grupo de intelectuais caracterizados por um elevado grau de sofisticação não só social, mas também (e mais significativamente) político-ideológico. De facto, tal como se pretende demonstrar, o exilado português é tradicionalmente identificado com o pensador moderno ou, neste caso, o partidário da monarquia constitucional e vencedor da Guerra Civil. Para além disso, cabe lembrar que a noção de «cosmopolita» de finais do século XVIII fora desenvolvida por Immanuel Kant como parte de um projeto para a paz mundial, projeto esse que tinha como base política a monarquia constitucional (Tihanov).

¹ Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de Comunicação e Cultura.

Na segunda parte do artigo, serão analisados dados que permitem apresentar estes exilados como cosmopolitas, isto é, como envolvidos em atividades, nomeadamente tradução, que tinham como objetivo salvaguardar o uso da língua portuguesa em Paris. Importando o conceito de cosmopolitismo, desenvolvido por Michael Cronin, como indissociável do conceito de solidariedade, procurar-se-á demonstrar que as traduções publicadas por estes exilados formavam parte de projetos mais latos de resistência linguística e cultural. Concretamente, os exilados absolutistas forneciam à comunidade portuguesa em Paris: (1) uma literatura traduzida em Português; (2) um estabelecimento de ensino lusófono; (3) uma Livraria Portuguesa que funcionava também como ponto de encontro.

Palavras-chave: Aillaud; Absolutistas; Cosmopolitismo; Exílio; Redes de solidariedade.

1. Introdução

No seu artigo de 2013, «What Does the Comparative Do for Cosmopolitanism», César Domínguez defende a pertinência de revelar tradições cosmopolitas ocultas como forma de questionar o elitismo associado ao cosmopolitismo nos trabalhos clássicos de Literatura Comparada. Como exemplo de uma tradição oculta a estudar pelo comparatista, Domínguez apresenta o caso da literatura cigana:

When it comes to confronting the aforementioned elitism of cosmopolitanism, the figure of the Gypsy is crucial, for “sophistication” and “intellectualism” often invoked in relation to cosmopolitan people – are not attributed to Gypsies despite their experience of multilingualism, displacement, and cultural mobility (2013: 630).

Assim, se, por um lado, a figura do cigano comparte com a do cosmopolita a experiência de mobilidade cultural e física e o facto de a sua tradição literária ser marcada pelo multilinguismo, por outro, a suposta falta de «sofisticação» da figura e da tradição terá hipotecado a sua admissão como objetos da Literatura Comparada.

O presente artigo pretende revelar as atividades de tradução, desconhecidas na Literatura Portuguesa, empreendidas pelos exilados absolutistas em Paris entre 1838 e 1843, apresentando-as como consistindo num episódio cosmopolita oculto. Na primeira secção, discutir-se-á um conjunto de citações retiradas de fontes sobre História literária e intelectual portuguesa de forma a demonstrar que a produção literária destes exilados portugueses se encontra ocultada. Na segunda, discutir-se-á um conjunto de trabalhos teóricos sobre, por um lado, cosmopolitismo e tradução e, por outro, cosmopolitismo e exílio, que contribui para o entendimento do conceito de cosmopolita adotado neste artigo. Na terceira secção, apresentar-se-ão os dados históricos recolhidos sobre: um grupo de tradutores de língua portuguesa que, entre 1834 e 1843², colaborou com um importante editor franco-português; as circunstâncias históricas que levaram aos exílios destes tradutores; a forma como as atividades de tradução interlinguística e intralinguística e ainda a autotradução parecem ter participado na criação de redes de colaboração e no estabelecimento de diálogo científico entre intelectuais residentes em Paris; e, por fim, como estes emigrados poderão ter sido, pela sua condição de exilados políticos, forçados à tradução.

2. Um episódio ocultado

Na obra de referência *História da Literatura Portuguesa*, de António José Saraiva e Óscar Lopes ([1956] 1997), a formação do Romantismo literário português é apresentada da seguinte forma:

Data-se habitualmente de 1825, ano da publicação em Paris de *Camões* de Garrett, o início do nosso romantismo. Mas esta obra não teve sequência imediata na nossa literatura. Só depois do regresso dos emigrados se verifica o fluxo contínuo de uma corrente diferente. É preferível marcar o início do Romantismo em Portugal no ano de 1836, em que se publica *A Voz do Profeta* de Herculano, segundo o modelo das *Paroles d'un Croyant* de Lamennais [...]. Os géneros característicos da nova literatura portuguesa são o romance e o drama

² Os dados foram recolhidos no âmbito do projeto *Paris é uma paródia: literatura em exílio português*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/97092/2013).

históricos, cultivados por Herculano e Garrett, segundo a inspiração de W. Scott e Victor Hugo. As traduções de W. Scott intensificam-se desde 1837-1838 (Saraiva e Lopes 1997: 665).

A partir da citação acima transcrita far-se-ão três observações. Em primeiro lugar, observa-se que os autores afastam a hipótese de que 1825 seja o ano de início do romantismo, uma vez que a obra garrettiana *Camões*, provavelmente porque publicada fora de Portugal, não terá produzido efeitos imediatos na literatura portuguesa.

Segundo, é avançada a hipótese de que uma mudança no gosto literário português se tenha verificado tão-somente depois de concluída a Guerra Civil (1832-1834) que opôs absolutistas, partidários da monarquia absoluta e apoiantes d'El Rei Dom Miguel I, a liberais, partidários da monarquia constitucional e apoiantes d'El Rei Dom Pedro IV. Concretamente, aponta-se como momento-chave para a evolução do gosto literário o «regresso dos emigrados», hipótese coerente com o argumento subjacente à frase imediatamente anterior da citação, a saber, o de que as publicações em língua portuguesa em Paris dificilmente poderiam constituir um influxo na literatura portuguesa. Assim, de acordo com esta obra de referência, a vitória dos liberais terá permitido o regresso dos emigrados políticos portugueses, considerando-se, assim, a experiência de exílio de intelectuais portugueses oitocentistas como tendo terminado em 1834. Terminada, assim também, a publicação em língua portuguesa em Paris, os novos modelos estrangeiros como Lamennais puderam ter, segundo Saraiva e Lopes, uma influência ativa nas letras portuguesas.

Por fim, os autores indicam a importância da introdução de novos modelos literários para a formação do romantismo português; nomeadamente o romance histórico de Walter Scott, cuja importação via tradução se intensificou, informam os autores, a partir de 1837-1838. Como mais nenhuma informação é dada sobre as traduções, o leitor é levado a inferir que se tratarão de traduções de Walter Scott publicadas em Portugal, uma vez que as atividades literárias em exílio português estariam terminadas desde 1834.

Pelo contrário, uma leitura da cronologia das traduções portuguesas de Walter Scott mostra que, na verdade, a maior parte destes textos de chegada publicados no biénio 1837-1838 têm como local de publicação a cidade de Paris. De acordo com os dados aportados por Alexandra Lopes (2010: 366), um total de oito traduções de Walter Scott foi publicado durante estes dois

anos, cinco traduções em Paris e apenas três em Lisboa. O tradutor responsável pelas traduções parisienses é Caetano Lopes de Moura (1780-1860) que, sendo natural da Baía, se encontrava em Portugal aquando da Guerra Civil e, juntamente com os demais emigrados absolutistas, escolheu Paris como destino de exílio (Veiga 1979: 103-104).

Concluindo, julga-se haver descoberto na passagem acima citada uma menção lacunar e velada a atividades literárias desenvolvidas em Paris por agentes de língua portuguesa depois de 1834. Por outras palavras, parece ter havido a ocultação da existência de uma segunda emigração portuguesa, episódio literário muito provavelmente protagonizado por partidários do absolutismo. Ou seja, e voltando a César Domínguez, apesar de em ambos episódios, exílio liberal e exílio absolutista, se verificarem atividades literárias de comunidades portuguesas deslocadas que provêm de práticas de mobilidade cultural e de multilinguismo, a verdade é que apenas a primeira emigração parece apresentar a sofisticação necessária para ser incluída na categoria de «literatura dos emigrados» na historiografia portuguesa.

Tendo chegado ao argumento de que a ocultação, na *História da Literatura Portuguesa*, do fenómeno literário desenvolvido em língua portuguesa pelos emigrados absolutistas estará relacionada com o critério da sofisticação, duas questões devem ser discutidas. A primeira, e lembrando que a obra de referência de Saraiva e Lopes (1997) é uma obra datada, é a de saber se este fenómeno literário não se encontrará reconhecido ou revelado em trabalhos mais recentes. A segunda é a de compreender que tipo de sofisticação poderá ser considerado como presente na vaga da emigração liberal, muito marcada pelos novos intelectuais vindos da burguesia (Santos 1989), e ausente do contingente perdedor da guerra, no qual se reconhecem aristocratas esclarecidos de alta estirpe social, intelectual e política.

Para lançar hipóteses explicativas para uma e outra questão será útil importar o trabalho de Diana Cooper-Richet «Paris, capital do mundo lusófono na primeira metade do século XIX» (2009). Mais concretamente, a passagem em que a autora desenha um perfil dos agentes portugueses que teriam sido responsáveis pelos inúmeros títulos em língua portuguesa publicados em Paris ao longo da década de 1830.

Mas antes de discutir esta fonte mais recente, importa fornecer dados sobre a evolução da publicação em obras em língua portuguesa em Paris; concretamente, para que se possa compreender a decisão de Cooper-Richet em

refletir sobre a edição em língua portuguesa no terceiro decénio do século XIX. A partir da contagem dos títulos coligidos na bibliografia de Vítor Ramos, *A Edição de Língua Portuguesa em França: 1800-1850* (1972), foi possível construir o Gráfico 1:



Concentrando a atenção, para efeitos da presente discussão, na década de 1830 e tendo em mente as datas da Guerra Civil Portuguesa (1832-1834), é possível observar dois picos quantitativos. O primeiro terá tido lugar imediatamente antes da guerra, registando-se 28 títulos em 1830, 23 em 1831 e 28 em 1832. Estes números parecem corporizar os resultados das atividades empreendidas pelos exilados liberais. Em seguida, observa-se uma queda abrupta nos números referentes aos anos de 1833-1835, correspondendo provavelmente ao intervalo temporal em que as consequências da luta armada mais se fizeram sentir no campo da edição. Depois e muito significativamente, nos anos de 1836-1838, verifica-se o segundo e mais acentuado pico no número de obras em língua portuguesa publicadas em Paris: 41 em 1836, 26 em 1837 e 32 em 1838. Por fim, cabe notar também que a edição de textos portugueses em Paris foi um fenómeno que se manteve até meados do século, registando-se a média muito mais módica de 13 títulos por ano de 1840 a 1850.

Portanto, perante o significativo número de edições parisienses de obras em português aparecidas ao longo de toda a década de 30 (com as cifras mais altas registando-se depois da Guerra Civil, nomeadamente no ano de 1836), Cooper-Richet sente a necessidade de caracterizar os agentes literários responsáveis pelas múltiplas obras portuguesas publicadas em Paris. Eis o argumento apresentado pela autora:

As guerras napoleônicas, a turbulência política no mundo lusófono, a guerra civil em Portugal, seguida por problemas políticos persistentes nesse país eram causas de movimentos populacionais, ocorridos em diferentes ondas durante esse período, e que explicam a presença de emigrantes políticos portugueses em Paris. Estes possuíam um nível cultural elevado, eram liberais, anti-clericais e anti-absolutistas [...] (2009: 553).

A partir desta citação, dois comentários se afirmam como oportunos. Deve começar-se por explicitar que, numa primeira leitura, a afirmação de que os emigrados políticos liberais teriam permanecido em Paris até finais da década 1830 parece opor-se ao afirmado por Saraiva e Lopes. Relembre-se que estes autores haviam afirmado que «os emigrados portugueses» teriam regressado após o final da Guerra Civil marcado pela assinatura da Convenção de Évora-Monte a 26 de maio de 1834.

No entanto, parece mais provável que, ao invés de se oporem, ambos os trabalhos científicos tenham em comum o reconhecerem apenas um dos episódios da emigração política portuguesa. Por outras palavras, nem o trabalho mais datado de História Literária nem o trabalho mais recente de Literatura Comparada colocam a hipótese da existência de uma segunda vaga migratória, aquela dos vencidos da Guerra Civil. Quando confrontados com o significativo número de edições portuguesas em Paris no triénio 1836-1838 (precedido por um período de escassa produção), os autores de ambas fontes optam ora por não abordar este fenómeno como literatura deslocada, ora por alargar o perfil do emigrado liberal, forçado ao exílio durante a vigência da monarquia absoluta, a autores e tradutores portugueses aparentemente chegados a Paris depois da instauração da monarquia constitucional.

O segundo comentário diz respeito ao significado com que parece revestir-se a última frase da citação quando lida à luz do conceito de sofisticação: «Estes [os emigrados políticos portugueses em Paris antes e depois de 1834] possuíam um nível cultural elevado, eram liberais, anti-clericais e anti-absolutistas» (2009: 553). Repare-se que Cooper-Richet começa por afirmar a intelectualidade dos emigrados portugueses, para depois, de forma, note-se, mais reiterada, validar a opção ideológico-partidária dos intelectuais. Não só liberais mas também anti-clericais e ainda anti-absolutistas.

Será lícito defender que uma das expressões do intelectual sofisticado seja o do autor e estadista moderno. Compreendendo a categoria de moderno

como subsumida ao princípio do progresso histórico, o elitismo esclarecido será reconhecido àqueles que estão à frente do seu tempo, quer no campo estético quer no governativo. Assim, enquanto os intelectuais liberais se bateram pelo novo regime, aquele que marcou o futuro, os intelectuais absolutistas em Paris, por sua vez, devem a sua desterritorialização à defesa do que se convencionalizou chamar, em historiografia, o Antigo Regime.

Este argumento parece corroborado por outras duas fontes sobre o século XIX português quer na literatura quer na história política. José Augusto França (2003: 47) reivindica que «em Portugal, liberalismo e romantismo se confundem», tornando-se assim mais transparente a escolha de ocultar, da História do romantismo português, produções literárias de agentes com outras afiliações ideológicas. Vítor Serrão menciona brevemente os escritos de teor político de dois partidários do absolutismo na *História de Portugal*, apresentando este fenómeno como testemunho de forças de atrito agindo sobre o normal fluxo em direção à modernidade. Na citação seguinte, afigura-se significativa a escolha de adjetivos (a negrito) para qualificar, de uma parte, os autores mencionados e, de outra, o regime constitucionalista a que se opunham: «Outros autores **tradicionalistas** marcaram então o seu repúdio do liberalismo como o doutor José da Silva Tavares (1780-1858) [...]. Mas a crítica mais feroz ao **novo** regime veio do fidalgo e jornalista Jorge Eugénio de Lócio [...]» (Serrão 2003: 15).

Assim, na secção que agora se conclui, procurou-se demonstrar que as atividades literárias desenvolvidas pelos exilados absolutistas em Paris estão ocultas no conjunto aportado de fontes em História da Literatura Portuguesa. Argumentou-se também que esta ocultação se deverá às convicções ideológicas dos intelectuais exilados na Paris pós-1834, convicções que não se coadunam com o perfil de cosmopolita como pensador à frente do seu tempo. Pretendeu-se, desta forma, e na senda de Domínguez, contribuir para o questionamento do elitismo contido na noção tradicional de cosmopolita.

3. Episódios cosmopolitas

O presente artigo parte do conceito de tradições cosmopolitas, entendidas como tradições literárias desenvolvidas pela experiência criativa de processos de mobilidade física e cultural e da prática do multilinguismo. A tradução

parece, assim, assumir-se como expressão privilegiada da experiência cosmopolita, tal como entendida por Domínguez. O processo de tradução implica uma transferência ou um movimento entre sistemas linguísticos e culturais e, por vezes, acarreta também movimentos dos seus agentes entre locais distintos.

Nesta secção, e antes de apresentar os dados recolhidos sobre as atividades de tradução empreendidas pelos exilados absolutistas em Paris, devem discutir-se os aportes de outros autores que, por um lado, contribuíram para a classificação de cosmopolita adotada no presente trabalho. Estes autores, se confirmam a pertinência de considerar o multilinguismo, a mobilidade e, por conseguinte, a tradução como elementos constitutivos do gesto cosmopolita, permitem também o questionamento do elitismo contido em múltiplas teorias do cosmopolitismo através da discussão das noções de viagem, deslocação, mundo, nacional e local. Por outro lado, os seus contributos argumentam pela relevância do estudo de episódios cosmopolitas ocultos, e em particular aqueles que se desenrolaram em situações de exílio, como informadores de projetos cosmopolitas a serem implementados por organizações e instituições transnacionais.

Tal como explica Peter Van der Veer, associada à figura tradicional, sofisticada e elitista do cosmopolita encontra-se a experiência da viagem. Criado como tropo colonial do Iluminismo ocidental, o cosmopolita consistia num intelectual esclarecido cuja curiosidade impelia a voluntariamente viajar e contactar com outras culturas para, depois, as divulgar traduzidas na sua língua, nunca sendo ele próprio objeto de tradução. Van der Veer parte do conceito de «cosmopolitismo genuíno» pelo antropólogo Ulf Hannerz, para depois ajuizar sobre o retrato tradicional do cosmopolita:

[...] genuine cosmopolitanism is first of all an orientation, a willingness to engage with the Other. [...] It is quite a flattering image, an ideal towards which to aspire. The counter-image is one of the parochial individual tied down by the narrow confine of "local" life and therefore simply not interested in different people and different cultures. (Van der Veer 2002: 15)

Como forma de questionar o elitismo associado à figura tradicional do cosmopolita e tornando, ao mesmo tempo, os estudos do cosmopolitismo mais em linha com os desafios sociais do século XXI, Galin Tihanov propõe, em

2015, o estudo das experiências de exílio como casos de cosmopolitismo forçado. Isto significa que no estudo do cosmopolitismo em situações de exílio, o *topos* tradicional da viagem deve dar lugar ao estudo da vivência de uma deslocação involuntária.

Significa igualmente, e chamando Craig Calhoun à discussão, que se deve abandonar o preconceito tradicional do paroquialismo. Considerar o cosmopolita como um indivíduo que consegue ultrapassar, pela sua sofisticação intelectual, os laços identitários ancorados em componentes como a língua, religião e lugar no mundo é hipotecar, tal como parece sugerir Calhoun, a componente de solidariedade dos projetos cosmopolitas transnacionais. Ao não considerar a importância da identidade (cultural, nacional, política, de género, etc.) nas relações dialógicas estabelecidas entre comunidades móveis, os projetos cosmopolitas dificilmente serão mais que «an ethical orientation for those privileged to inhabit the frequente traveller lounges» (Calhoun 2002: 18, citado por Cronin 2006: 19).

Voltando a Tihanov, este autor adverte que o estudo de episódios cosmopolitas em exílio não deve perder de vista o papel potencialmente central que a conceção interna do estado-nação assume na identidade do indivíduo (Tihanov 2015: 154). Só assim, argumenta o autor, poderá pensar-se a experiência de exílio na dupla vertente que, efetivamente, a caracteriza: quer como mobilidade cultural criativa quer como mobilidade física que acarretará o trauma da perda de um lugar no mundo.

Outra noção tradicionalmente ligada à categoria de cosmopolita é a de mundo. De facto, o conceito começou por significar «o cidadão do mundo», contrapondo os cosmopolitas aos cidadãos circunscritos a uma só *polis* (Inglis 2012: 11). Este legado clássico abre caminho à crítica de que o conceito de cosmopolitismo contém em si um desdém pelo local (Delanty 2012: 2) e que, no âmbito dos estudos literários, serve para classificar o diálogo internacional de uma elite móvel composta pelos protagonistas que Goethe concebeu no seu conceito de literatura mundo (Domínguez 2011: 244).

Na realidade, a propensão cosmopolita para o diálogo cultural com o Outro contém em si a obrigação, ou, pelo menos, a sugestão, do estabelecimento de contactos intelectuais acima da esfera nacional, seja ela internacional ou transnacional. Nesta linha, as noções de multilinguismo, tradução e deslocação assumem-se, mais uma vez, como fundamentais para a compreensão da categoria de cosmopolita.

Como exemplo da vertente criativa do exílio, Tihanov (2015: 145-146) demonstra de forma muito convincente como a teoria literária do século xx é devedora das experiências de deslocamento de Auerbach e Spitzer, primeiro em Istambul e, depois, nos Estados Unidos. No exílio, estes autores estabeleceram redes de cooperação e diálogo com indivíduos provenientes de tradições epistemológicas outras. Ao abandonar a monoglossia em favor do multilinguismo, substituição que acarreta a prática hétero- e autotradutiva, abriu-se caminho à negociação entre línguas e, por conseguinte, entre códigos epistemológicos e, por conseguinte, entre formas de ver o mundo. Ou seja, a prática cosmopolita entendida como diálogo transformador e colaborativo entre tradições distintas terá estado na base da conceção de novas teorias que muito marcaram o campo dos estudos literários ao longo do século passado.

Como alternativa às teorias de cosmopolitismo que privilegiam a escala transnacional antes, ou em vez, da consideração do local, Michael Cronin propõe o conceito de microcosmopolismo. O prefixo micro aponta para uma nova posição teórica que privilegia a análise de diálogos (interculturais, interlinguísticos, interétnicos...) estabelecidos a nível local, sendo agora o local pensado e observado como híbrido e plural³. Consequentemente, e tal como esclarecerá a citação abaixo, afigura-se como especialmente produtiva, no contexto do microcosmopolitismo, a análise das atividades de tradução por comunidades deslocadas nas grandes metrópoles globais, isto é, em cidades que são o contexto de chegada de diferentes vagas migratórias. Argumenta Cronin:

[I]f translation is primarily a form of interaction with another language and culture (which in turn modify one's own), then it is surely to translation we must look if we want to think about how global neighbourhoods are to become something other than the site of non-interactive indifference (2006: 68).

Portanto, a tradução, pelo seu poder de construir pontes e de abrir portas (*ibid.*: 5), é um testemunho da negociação da diferença mediante a instauração de um diálogo. Não menos importante é o facto de a tradução consistir numa interação transformativa ao invés de uma imposição assimilacionista.

³ «The micro-cosmopolitan movement, by situating diversity, difference, exchange at the micro-levels of society, challenges the monopoly (real or imaginary) of a deracinate elite on cosmopolitan ideals by attempting to show that elsewhere is next door, in one's immediate environment, no matter how infinitely small or infinitely large the scale of investigation.» (Cronin 2006: 16-17)

Para além disso, nesta sua obra intitulada *Translation and Identity*, a tradução aparece como forma de promover contactos interpessoais, redes locais de entreajuda e de solidariedade, graças ao seu poder de, nas palavras de Cronin, «point the way to forms of coexistence that are progressive and enabling» (*ibid.*).

Por último, para que se reconheça a relevância de estudar episódios cosmopolitas ocultos, locais e/ou forçados em Literatura Comparada e em Estudos de Tradução, será suficiente importar um argumento de Michael Cronin e um argumento de Galin Tihanov. Cronin (2006: 23) defende que os múltiplos estudos de atividades tradutórias empreendidas por comunidades diaspóricas em cidades globais participarão no projeto maior de uma história transnacional de tradução. Os diferentes episódios desta História revelarão as ligações cosmopolitas que estão no cerne dos cânones (trans)nacionais. O carácter colaborativo, agora revelado, de muitos dos elementos «nacionais» deveria, por sua vez, ser divulgado pelos *curricula* académicos contribuindo, assim, para cultivar a solidariedade indispensável na criação de redes macrocosmopolitas.

Galin Tihanov, por sua vez, defende a relevância de estudar as atividades tradutórias empreendidas por exilados ao longo da História porque estas delatam a dupla vertente – de criatividade e de sofrimento – contida em episódios de cosmopolitismo forçado. Adverte o autor:

Conceiving exile solely as an engine for the production of cosmopolitan attitudes can, and often does, leave out its other essential aspects: the need to circumscribe one's experience in the constraints of a new cultural framework, the imperative to begin to translate that experience in languages that are often not yet one's own, and to grope one's way through the loss and trauma intrinsic in this process of transition (Tihanov 2015: 142).

Assim, porque o exílio constitui uma situação de mobilidade forçada, o estudo de iniciativas cosmopolitas por exilados a nível local poderá informar de forma relevante projetos cosmopolitas transnacionais do século XXI. Em concreto, se a tradução foi apresentada até agora como iniciativa cosmopolita, ou seja, como uma vontade de passar da indiferença à interação, a citação acima mostra também a outra vertente da tradução. Neste caso, como expressão da transição forçada para novos modelos de apreender o mundo e da obrigatoriedade violenta de utilizar uma língua estrangeira.

4. As atividades de tradução pelos exilados absolutistas

Considerando, tal como se procurou demonstrar, que as atividades literárias desenvolvidas em língua portuguesa e em Paris a partir de 1834 têm sido mantidas ocultas até aos dias de hoje, o presente artigo optou por começar por expor os dados recolhidos sobre os tradutores que se relacionaram em redor do livreiro Aillaud entre 1834 e 1843.

A razão pela qual se decidiu estudar o grupo de Jean Pierre-Aillaud prende-se com o facto de este constituir o mais profícuo editor parisiense de língua portuguesa na primeira metade do século XIX (Cooper-Richet 2009: 543). A razão pela qual se adotou 1843 como data limite para a investigação diz respeito ao facto de, nesse ano, com a acalmia das guerras liberais em Espanha e o golpe de Costa Cabral, ter ocorrido o regresso de um número significativo de exilados absolutistas a Portugal (Mónica 1997: 13). Retomando a leitura do Gráfico 1, é possível verificar o escasso número (apenas 9) de títulos publicados em português e em Paris no ano de 1843. Esta queda acentuada parece delatar o impacto que os eventos da História política da Península Ibérica terão tido nas atividades literárias pelos exilados em Paris. De facto, registam-se até 1850 diferentes vagas de emigrados portugueses para a capital francesa, mas o presente artigo concentrar-se-á no episódio 1834-1843.

Jean-Pierre Aillaud nasceu a 1785 em Coimbra e faleceu a 1852 em Paris. Segundo os dados recolhidos na preparação do presente artigo, Aillaud pede o seu *brevet*, isto é a sua licença para o comércio de livros, em 1816. Apresentando-se, na petição conservada nos Arquivos Nacionais de Paris, como livreiro em Coimbra, torna-se livreiro do Departamento Seine-Paris a 18 de setembro de 1820. Trabalhará como tal durante 32 anos até falecer em 1852, sendo substituído pela sua viúva.

Após 1834, um conjunto de emigrados vai organizar-se em redor de J.-P. Aillaud colaborando com o editor em trabalhos de tradução. A identificação dos tradutores portugueses resulta das seguintes tarefas de investigação empreendidas: levantamento das obras publicadas por Aillaud constantes da bibliografia de Ramos (1972); análise do peritexto de parte destas obras; leitura de memórias de exilados portugueses em Paris e outras figuras de relevância (nomeadamente Carvalho 1855; Viale 1861; Denis 1932; Castilho 1938; Veiga 1979); leitura dos seus epistolários pessoais (nomeadamente Santarém 1919);

consulta de documentos nos Archives Nationales de France; consulta do *Dicionário Bibliográfico Português*⁴.

Utilizando a data de nascimento como critério para a apresentação dos tradutores que, durante 1834 e 1843 terão trabalhado com Jean-Pierre Aillaud, poder-se-á começar pelo já mencionado Caetano Lopes de Moura, nascido na Baía em 1780. Porque constitui o único exilado que se dedicou exclusivamente à tradução, constitui também o mais profícuo tradutor deste grupo, contando um total de 25 textos de chegada publicados pela casa Aillaud entre 1836 e 1852. Chegado a Lisboa em 1824, terá trabalhado como administrador do Conde de Linhares em Santarém; fugindo à guerra e, devido ao seu *entourage* miguelista, irá para Paris em 1834 onde falecerá em 1860. Como tradutor, ficou conhecido maioritariamente pelas suas versões de Walter Scott; porém cabe esclarecer que Moura traduziu também outros autores que se tornaram influentes no Romantismo português (Machado 1986), nomeadamente: Chateaubriand (*Os Natchez*, 1836), Cooper (*O Derradeiro Mohicano*, 1838), Comtesse de Genlis (*D. Ignez de Castro*, 1837) e Kotzbue (*Misantropia ou Arrependimento*, 1841). Tendo frequentado o curso de medicina (que não chegou a concluir), vai traduzir também obras não-literárias como *Arte de se Curar a Si Mesmo [...] Vertido em Portuguez e Adaptado aos Climas de Portugal e do Brasil* (1839).

João da Cunha Neves e Carvalho Portugal (1784-1856), nascido em Barcelos (Viale 1861: 2), foi, conforme se pôde averiguar, juiz desembargador durante a monarquia absoluta (Maia 2017). Por essa razão, foi para Paris em 1834; no exílio, adotou o pseudónimo Tristão da Cunha Portugal, sob o qual publicou na casa Aillaud a antologia de fábulas traduzidas *Fabulista da Mocidade, ou Fabulas Selectas d'Esopo, Lafontaine, Florian, Stassart, Lemonnier, Iriarte, Samaniego, etc... Destinadas para a educação e recreio da mocidade* (1837) e ainda um manual de ortografia *Orthographia da Lingoa Portugueza ensinada em quinze lições* e um manual de história intitulado *Galeria Pitoresca da Historia Portugueza* (1842). Volta para Portugal em 1841.

Frei José da Sacra Família, também conhecido por Doutor José da Silva Tavares (nome já citado neste trabalho) nasceu em 1788, na Póvoa do Varzim. Eremita descalço de Santo Agostinho e seguidor de D. Miguel emigra para

⁴ Silva, Innocencio Francisco da e Brito Aranha (1858-1923), *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

França em 1834, depois da extinção das ordens religiosas (Pinto 1940). Julga-se ter traduzido um só livro até 1843, a saber, *Elementos de Arithmetica* de M. E. Bizout, publicado em 1836 por Aillaud. A sua principal ocupação profissional nestes anos foi a de diretor do *Colégio Luso-Brasileiro* que funcionou entre 1838 e 1843 perto de Paris. Aí estudaram, num sistema bilingue, principalmente alunos brasileiros e portugueses e uma minoria de alunos franceses (Maia 2017). Os tradutores José Inácio Roquete e António José Viale, abaixo apresentados, também foram docentes deste colégio.

O Padre José Inácio Roquete (1801-1870) fora pregador régio da igreja patriarcal sob o reinado de D. Miguel e esteve preso durante a Guerra Civil tendo fugido, em 1834, primeiro para Londres e, depois, para Paris. Das suas traduções publicadas por Aillaud podem mencionar-se, por um lado, as obras dedicadas à mocidade portuguesa e brasileira, de que é exemplo *Thesouro da Mocidade Portuguesa ou a Moral em Acção* (1836). Por outro, manuais de devoção como é o caso de *Manual da Missa e da Confissão, Contendo Exercícios Quotidianos e Explicação das Cerimónias da Missa* (1837). Doutras publicações na casa Aillaud contam-se manuais de ortografia, de que é exemplo *Alphabeto Portuguez. Novo Methodo para Aprender a Ler* (1836). Volta a Portugal em 1857.

António José Viale (1806-1899) fora funcionário do ministério da Guerra e, depois, oficial de secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros sob o reinado de D. Miguel, trabalhando com o Visconde de Santarém. Segundo o até agora averiguado, enquanto colaborador de Aillaud em Paris, traduziu apenas o romance picaresco espanhol *Lazarillo de Tormes* do francês para o português numa edição dedicada à juventude, tradução que não assinou.

Por fim, deve mencionar-se o 2.º Visconde de Santarém (1791-1856) que fora ministro dos negócios estrangeiros durante o reinado de D. Miguel. A razão pela qual será o último a ser apresentado prende-se com o facto de as suas atividades de tradução na casa Aillaud se destacarem das acima mencionadas relativamente à direcionalidade. Concretamente, enquanto as publicações anteriormente citadas procedem de processos de (hétero)tradução interlinguística, os projetos empreendidos pelo Visconde de Santarém consistem quer na tradução intralinguística de documentos encontrados nas bibliotecas de Paris, quer na disponibilização dos seus resultados de investigação em francês. Como exemplo das suas traduções intralinguísticas, cite-se a seguinte publicação:

Chronica do descobrimento e conquista da Guiné [...] fielmente trasladada do manuscripto original contemporaneo que se conserva na Bibliotheca Real de Paris e dada por primeira vez à luz por diligência do Visconde da Carreira. Precedida de uma introdução e illustrada com algumas notas pelo Visconde de Santarem, e seguida de um glossário das palavras e phrases antiquadas e obsoletas, por J. I Roquette.

Note-se, por um lado, que este texto de chegada procede de um trabalho de traslação de um manuscrito português até então inédito. Note-se, por outro, que um dos resultados deste projeto foi a constituição de um glossário para auxiliar os leitores na compreensão da obra. Note-se, por último, que esta obra contou com a colaboração do Visconde de Santarém, do Padre José Inácio Roquete e também do Visconde da Carreira (1787-1871), então ministro de Portugal em Paris do governo constitucional.

Relativamente às traduções de português para francês, é possível, mediante uma leitura da sua correspondência, retratar as diligências que tomava o Visconde de Santarém para que os seus trabalhos científicos, originalmente escritos em português, circulassem também em francês para que, por conseguinte, pudessem ser resenhados nos diferentes jornais científicos europeus. Em carta de 16 de novembro de 1840 para Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858), informando sobre a preparação da publicação de um dos seus trabalhos científicos, pode ler-se: «Pelo que respeita á traducção Franceza esta será publicada o mais breve que for possível e depois do original, e traducção impressas farei sucessivamente publicar os artigos analyticos e os extractos dos pontos mais concludentes» (Santarém 1919: 140). Em carta de 31 de janeiro de 1841 para o mesmo destinatário, informando agora sobre a edição de uma outra obra sua, lê-se: «A traducção franceza desta introducção foi muito mal feita, e tendo sido publicada estando eu então impossibilitado de a rever não tem a correcção de estilo de outros trabalhos que tenho aqui publicado em Francez» (*ibid.*: 148-149).

Conclui-se, então, que o Visconde de Santarém era o iniciador do processo de tradução dos seus trabalhos para francês, procurando inclusive que a publicação dos textos de chegada não distasse muito da publicação dos originais. Conclui-se ainda que o Visconde participava na tradução das obras do qual era o autor, nomeadamente como revisor. Posto isto, parece poder classificar-se estes processos tradutórios como casos de semi-autotraduções,

conceito definido por Xosé Manuel Dasilva (2016: 16) como «autotraducciones en las que el autor interviene en alguna medida, pero no de modo completo».

Tendo apresentado sucintamente os exilados que terão colaborado como (auto)tradutores com Jean-Pierre Aillaud e havendo caracterizado, ainda que em linhas gerais, os textos de chegada publicados por este editor entre 1834 e 1843, aportar-se-á um determinado número de testemunhos que sugerem que estas atividades de tradução terão tido um papel preponderante no estabelecimento de redes de contacto, socialização e colaboração entre agentes de várias línguas localizados, então, em Paris. Apresentar-se-ão depois outros testemunhos que apontam para os desafios sentidos por esta comunidade deslocada advindos da sua condição de exilados.

Os dados recolhidos sobre as relações laborais e pessoais dos colaboradores do grupo Aillaud sugerem que o envolvimento em projetos de tradução (quer inter quer intralinguística) foi um importante motor no estabelecimento de redes de contactos locais. No caso dos projetos de tradução interlinguística, Jean-Pierre Aillaud aparece mesmo como sendo o ponto aglutinador de diferentes tradutores trabalhando com a língua portuguesa em Paris.

Para que se compreenda o papel de Jean-Pierre Aillaud no estabelecimento destas redes de contactos, importa compreender que ele próprio parece ter constituído um intelectual merecedor do respeito e estima pelos diferentes exilados portugueses. A sua casa e livraria, ambas no Quai Voltaire número 11, parecem ter funcionado como ponto de acolhimento e encontro dos portugueses vindos a Paris durante a primeira metade do século XIX. De facto, já o jornalista e liberal José Liberato Freire de Carvalho (1777-1855) deixa escrita nas suas memórias a amizade que o ligava a Aillaud. Quando em abril de 1819, decide ir visitar Paris, Liberato de Carvalho (1855: 172) não tem dúvidas de que deverá ficar hospedado na casa do editor: «Escrevi logo para Paris ao meu antigo amigo Aillaud para me ter prompto um quarto decente e comodo para quando lá chegasse, porque este amigo, logo depois da paz, tinha sahido de Londres e se achava estabelecido no caes de Voltaire em Paris.» Também o absolutista Visconde de Santarém, em carta de 26 de agosto de 1845 para o Marquês de Saldanha ajuíza da seguinte forma a sua relação com o editor: «Não julgues entretanto por isto [pelo extravio de um manuscrito], que existe indisposição alguma d’Aillaud comigo, antes pelo contrário, elle é mui exacto e obsequioso em todas e continuadas relações que tem comigo [...]» (Santarém 1919: 519).

Importa também demonstrar que ele parece assumir-se não só como livreiro, não só como impressor, mas como editor no sentido moderno da palavra. Os testemunhos recolhidos parecem sugerir que, de modo a salvaguardar a qualidade dos textos de chegada que publicava, Aillaud promovia a colaboração entre os diferentes tradutores de língua portuguesa. Leiam-se dois destes testemunhos.

No seu estudo biográfico, Veiga narra com as seguintes palavras a forma como Caetano Lopes de Moura travou conhecimento com Aillaud e, ao mesmo tempo, com João da Cunha Neves Portugal:

Não propõe directamente Lopes de Moura a Aillaud sua tradução de *O talismã*. Um antigo companheiro da Legião Portuguesa se encarrega de fazer a apresentação. Aillaud aprecia favoravelmente o manuscrito, mas o submete ao julgamento de Tristão da Cunha Portugal, membro da Academia de Ciências de Lisboa, tradutor e componente da escuderia da editora. Examinada a tradução, declara Tristão da Cunha Portugal a Aillaud que o tradutor conhecia melhor o português do que ele, censor, e o editor reunidos (Veiga 1979: 112).

O segundo testemunho encontra-se inserido no diário de um francês que muito diretamente se relacionou com este grupo de emigrados. Ferdinand Denis (1798-1890), que havia vivido aproximadamente seis anos no Brasil, trabalhava como conservador da Bibliothèque Sainte-Geneviève em Paris. Diz Denis, em entrada de 8 de junho de 1843:

Le hasard m'ayant conduit chez l'éditeur Aillaud, à propos du mot fato, mal interprété dans toutes les traductions de Camoens [...] j'ai fait la connaissance de M. Roquete, l'éditeur du Leal Conselheiro. [...] Ses études premières sur la littérature ancienne de son pays ont été fort médiocres, son style était des plus imparfaits témoin sa traduction des Incas qu'Aillaud trouva détestable et que [Caetano Lopes de] Moura fut obligé de revoir (1932 : 126).

Portanto, Aillaud aparece como um editor que avalia não só a correção linguística, mas também a qualidade da tradução relativamente aos textos de partida que se propõe publicar. Este é o caso da tradução *Os Incas, ou a Destruição do Imperio do Peru*, por Marmontel, «traduzidos do francez» (1837), que, anónima até ao presente trabalho, se compreende agora afinal que é

fruto de um trabalho conjunto entre Caetano Lopes de Moura e José Inácio Roquete.

Desta forma, a Livraria Portuguesa de Aillaud, local de comércio, trabalho e acolhimento a viajantes portugueses, parece ter contribuído para o estabelecimento de novas relações entre portugueses, franceses e brasileiros. Repare-se que é graças à proposta de uma tradução que Caetano Lopes de Moura trava conhecimento com Aillaud que, por sua vez, o apresenta a José da Cunha Neves Portugal. A relação entre Moura e Aillaud será longa já que Moura prosseguirá publicando na casa Aillaud depois de 1843. Repare-se que é graças à proposta de uma tradução, que Ferdinand Denis se desloca a casa de Jean-Pierre Aillaud e, assim, conhece Roquete e Moura. A relação entre Ferdinand Denis e Moura será longa, sendo Denis quem escreve, em 1861 o verbete referente a Caetano Lopes de Moura na *Nouvelle Encyclopédie Générale* (Veiga 1979: 111).

Apesar de as traduções interlinguísticas e, na sua maioria, literárias pareçarem ter estado na base da constituição de uma rede de relações entre agentes de língua portuguesa em Paris, a experiência profissional como tradutor entre 1838 e 1843 não aparece recordada de forma feliz nos testemunhos autógrafos e alógrafos dos exilados. Caetano Lopes de Moura, nas suas memórias, descreve a sua condição profissional de então como «forçado das letras», justificando a sua colaboração com Aillaud pela necessidade: «não tive outro remédio senão o de viver da pena». (citado por Veiga 1979: 106) Parece importante ter em conta que o trabalho de tradução era considerado mal pago e que os dez primeiros anos de exílio foram, tal como nos sugere a seguinte passagem sobre António José Viale da autoria de Júlio Castilho, uma época de privação:

Na emigração, escola dura, período de provação para alguns, na emigração absolutista que principiou em 1834, curtiu Viale grandes amarguras. Sei-o de raiz. Esteve na Itália e em França. Teve em França e na Itália frequentes privações do necessário. Sempre honrado, porém, sempre metucioso no seu proceder, arrostou animoso com a desgraça, e sobre [sic] restringir-se (1938: 20).

Pelo contrário, o trabalho de investigação em arquivos e bibliotecas, nomeadamente com o objetivo de editar traduções intralinguísticas de documentos históricos portugueses aparece como experiência criativa e feliz

dos emigrados. Como justificação da valência positiva atribuída a esta ocupação está não só a riqueza das bibliotecas de Paris, cidade «capital do mundo savant», segundo o Visconde de Santarém (1919: 44), mas também a existência de subsídios para a investigação. No elogio histórico a João da Cunha Neves Portugal que António José Viale (1861: 7-8) profere na Academia Real das Ciências, pode ler-se: «Durante pouco mais de seis anos, desde 1834 até ao outono de 1841, se deteve o sr. João da Cunha em Paris, aproveitando-se dos copiosos e ricos subsídios que para a instrução, em todos os ramos dos conhecimentos humanos, oferece aquela metropole da civilização [...]»

Nos arquivos e bibliotecas vão estabelecer-se outras redes de socialização baseadas, agora, no interesse partilhado pelo trabalho com as fontes históricas. Assim, em carta de 2 de setembro de 1839 para o Conde da Ponte (seu sobrinho), o Visconde de Santarém narra:

O meu colega Fauriel autor da excelente Historia da Galia Meridional fez este anno un curso de Historia da Litteratura Espanhola Dramatica no Collegio de França, e no Instituto Historico se tem feito outro curso de Litteratura Portugueza. Ferdinand Deniz vae publicar uma 2.^a edição do seu *Resume de l'Histoire Litteraire du Portugal* para a qual tenho concorrido. O mesmo publicou uma chronica inédita de Gomes Eannes d'Azurara para a qual dei notas. Hum literato alemão publicou ultimamente uma analyse do Theatro de Lopo [sic] de Veja [sic]. [E] eu dei para a Encyclopedia de Wurths [sic] um largo artigo sobre *Gil Vicente* [...]. Os mesmos Espanhoes que aqui estão entre elles se occupão exclusivamente das letras. Utchoa [sic] trabalha com zelo nos Manuscriptos Espanhoes da Bibliotheca, e publicou em o Livr.^o Baudry uma collecção escolhida do Theatro Espanhol (1919: 54-55).

Nesta longa passagem, é digno notar que o Visconde começa por considerar Claude Fauriel (1772-1844), professor da Universidade de Sorbonne, como um seu colega dos trabalhos históricos. Deve também retirar-se que o mesmo Visconde colabora em projetos como especialista das letras e cultura portuguesa, nomeadamente com o já citado Ferdinand Denis e com a redação do verbete dedicado a Gil Vicente no décimo-segundo tomo *Encyclopedie des Gens du Monde* (1839), publicada pela Librarie Treutel et Würtz. Por fim, apesar de aparentemente com ele não colaborar, reconhece o trabalho de

traslação que também Eugenio de Ochoa (1815-1875), importante tradutor espanhol, desenvolve na Biblioteca Real de Paris.

Já o Padre José Inacio Roquete parece ter efetivamente colaborado com Eugenio de Ochoa pelo menos uma vez. Ambos foram coautores, juntamente com emigrados de outras procedências, da obra *Guide de la conversation, français-anglais-allemand-italien-espagnol-portugais, à l'usage des voyageurs et des étudiants par MM. Smith, Adler-Mesnard, Ronna, Ochoa et Roquette* (Paris, 1843).

Ainda sobre os projetos de tradução intralinguística, é importante mencionar que tanto Roquete como Caetano Lopes de Moura colaboram com o Visconde de Santarém realizando pesquisas e copiando documentos (Veiga 1979: 108). Se os resultados do trabalho do primeiro são classificados de pouco rigorosos (por exemplo, Santarém 1919: 342), o profissionalismo demonstrado pelo segundo abrir-lhe-á novas oportunidades profissionais. A partir de 1844, Lopes de Moura começa a trabalhar ao serviço do Imperador Dom Pedro II no traslado de documentos que, encontrando-se em arquivos europeus, eram relevantes para a História do Brasil. Nesta nova ocupação será auxiliado não só por Ferdinand Denis como também por um novo conhecimento, «o lusófilo Ternaux-Compas [sic]»⁵ (Veiga 1979: 149).

Por último, revelado o lado mais positivo das atividades de tradução do grupo Aillaud, cabe sucintamente expor os testemunhos recolhidos que delatam as consequências da natureza forçada de algumas das iniciativas empreendidas. Em primeiro lugar e tal como acima já se mencionou, a aceitação de alguns dos trabalhos de tradução interlinguística por estes exilados ter-se-á devido a dificuldades económicas. Sabe-se que ambos os religiosos deste grupo – o Padre Inácio Roquete e o Frei José da Sacra-Família – teriam ficado excluídos do direito à pensão concedida pelo governo aos religiosos egresos, porque haviam sido seguidores de D. Miguel (Pinto 1940: 5). Também o Visconde de Santarém se queixa ao sobrinho, em carta de 8 de agosto de 1840, das dificuldades advindas da ausência de apoio económico por parte do governo português:

Diz-me que me divirta, e que goze d'este Paraizo. Bem desejo, poder divertir-me, mas desgraçadamente faltão-me os meios quasi indispensáveis para viver!

⁵ Refere-se ao historiador e tradutor francês Henri Ternaux-Compans (1807-1864).

Tem sido um milagre ter podido existir aqui á [sic] 6 annos sem receber d'ahi um real á [sic] mais de 5!!! (123)

Para fazer face a estas dificuldades, exilados, como Caetano Lopes de Moura, são forçados a viver da pena. A forma como Cláudio Veiga (1979: 107) descreve a situação profissional de Moura entre 1838 e 1843 parece bastante esclarecedora: «Está preso aos trabalhos literários como os antigos condenados que forcejam com o remo para impulsionar a pesada embarcação. Sua galera de condenado é a Livraria Aillaud [...]»

Por fim, e antes de terminar, cabe ainda explicitar que ao carácter forçado das traduções publicadas por Aillaud poderá somar-se também, e seguindo o trabalho de Tihanov, a exigência, experimentada por estes exilados, de utilizar uma língua estrangeira nas suas relações pessoais e na sua vida quotidiana. Sendo esta uma consequência sentida no domínio individual e até pessoal, não foram encontrados testemunhos de primeira pessoa que informassem sobre a vivência desta condição.

Não obstante, foi possível localizar, numa memória alógrafa, a narração de um episódio biográfico que parece retratar o desafio de viver em língua estrangeira numa cidade global. Trata-se de uma historieta que António José Viale contara a Castilho e que se passara num jantar em casa do Visconde de Santarém. A passagem que se vai citar tem lugar quando o anfitrião – Visconde de Santarém – apresenta Viale – filho de genoveses – a um conde italiano – que, entretanto, conhecia Viale de antes. É o conde italiano quem começa:

– Por Deus! Já conheço o sr. Viale há anos; estive com êle em Lisboa, quando êle exercia o cargo de Secretario de Estado.

– O sr. Viale? peço perdão, mas nunca foi Secretario de Estado. [– responde o Visconde.]

– Como «nunca foi»?! Conheci-o eu na secretaria de V. Ex.^a [– contrapõe o conde italiano]

– Na minha Secretaria, certamente, mas não como Secretário de Estado. [– resclarece o Visconde.]

– Afirmo a V. Ex.^a que sim.

– Afirmo a V. Ex.^a que não.

Interveio Viale e aclarou o caso.

– Se me dá licença, sr. visconde, ambos têm razão.

- Ambos temos razão? Então foi, e não foi?
 - Fui Secretário de Estado.
 - O sr. Viale? Está brincando!
 - Não estou. Lembre-se V. Ex.^a de que os italianos chamam *segretario di stato* ao que nós chamamos *oficial de secretaria*.
 - Ah! Sim? Tem a maior graça! Pois não sabia – dizia Santarém às gargalhadas.
 - *Per Bacho!* – tornava o outro – *io lo sapeva benissimo; io no stava sicuro.*
- (Castilho 1938: 18-19)

Esta citação constitui o único testemunho encontrado, no âmbito do projeto de investigação SFRH/BPD/97092/2013, que fala sobre a socialização e ócio na emigração portuguesa em Paris entre 1838 e 1843. É talvez significativo que o episódio consista, justamente, num mal-entendido gerado por um erro de tradução. Neste diálogo partilham-se informações sobre a experiência de vida de Viale na terra natal, que são mal interpretadas. O desencontro é depois explicado e diz respeito a diferenças da terminologia respeitante à organização administrativa de Portugal e de Itália. Até à mediação de um tradutor competente, ambos falantes não conseguiram fazer passar uma mensagem, presos que estavam aos modelos próprios de cada um dos seus países de partida. Graças à tradução, passa-se do estado do «não sabia», para a compreensão e o tom crescente de conflito que não ultrapassava o «afirmo que sim e afirmo que não», dá lugar à feliz convivialidade.

5. Conclusão

Este artigo procurou revelar um episódio cosmopolita desconhecido na Literatura Portuguesa. Começou por mostrar um grupo de exilados portugueses em Paris que foi responsável pela tradução de um número significativo de obras literárias que constituíram modelos importantes no Romantismo português. Depois, procurou-se mostrar como estas atividades de tradução parecem ter iniciado redes de relações laborais, pessoais e de entreajuda. Constatou-se que estas relações não haviam sido produto de um desenraizamento, por parte dos intelectuais, relativamente à sua identidade cultural, linguística e até nacional. Pelo contrário, viu-se como a (hétero)tradução, interlinguística e intralinguística começou por unir produtores de língua portuguesa em redor

de um editor e ainda por abrir caminho para a colaboração de outros agentes interessados na cultura portuguesa e brasileira. Compreendeu-se, depois, que o trabalho de investigação inerente aos projetos de tradução intralinguística parece ter estendido esta rede para abarcar intelectuais de outros sistemas linguísticos. Viu-se ainda como os exilados do grupo Aillaud começam a ser chamados para debates científicos como especialistas das realidades portuguesa e brasileira.

Para participar nestes diálogos intelectuais, foi necessário o abandono da monoglossia. Desta forma, o conhecimento outrora adquirido e produzido em português foi repensado à luz de outras tradições epistemológicas. Neste artigo, as atividades de autotradução apresentadas são classificadas de iniciativas cosmopolitas em dois sentidos: por um lado, como um gesto que procura entabular o diálogo com intelectuais de outras tradições, por outro, como esforço para repensar e apresentar o próprio como Outro.

Para além da experiência criativa, procurou-se não obscurecer as circunstâncias forçadas que originaram e perpassaram este episódio cosmopolita. Esta parte do estudo parece ter apontado um novo caminho de investigação que não pôde ser explorado aqui. De facto, algumas das iniciativas empreendidas pelos exilados identificados poderão ter constituído projetos para auxiliar imigrados portugueses com menos meios – estudantes, exilados de menor estrato social e cultural – a aceder a realidades, modelos e conceitos procurados não imediatamente reconhecidos em tradução francesa. Estas iniciativas incluem: a constituição de uma escola bilingue, a tradução de manuais escolares, de missários, de manuais da vida prática, etc.

Finalmente, este artigo reivindica um modesto, mas efetivo, contributo para o projeto cosmopolita. Redes de colaboração de intelectuais não só portugueses, não só brasileiros, mas de procedências várias, que, mesmo em condições adversas, se esforçaram por abandonar a comodidade das suas certezas e negociar formas de conhecer e que conseguiram, por mútuo interesse e por mútua transformação, ultrapassar o mal-entendido e chegar, não só à convivência, mas à convivialidade. Era este o episódio cosmopolita que se encontrava ocultado, quando, na *História da Literatura Portuguesa* se mencionam as traduções de Walter Scott no biénio 1837-1838.

Bibliografia citada

- CALHOUN, Craig. 2002. «The Class Consciousness of Frequent Travellers: Towards a Critique of Actually Existing Cosmopolitanism», *Conceiving Cosmopolitanism: Theory, Context, Practice*, Steven Vertovec e Robin Cohen (eds.). Oxford: Oxford University Press, 86-109.
- CARVALHO, José Liberato Freire de. 1855. *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando.
- CASILHO, Júlio de. 1938. «António José Viale: apontamentos fugitivos», *Lisboa Antiga: Bairros orientais*, volume XI. Lisboa: S. Industriais da CML, 7-53.
- COOPER-RICHET, Diana. 2009. «Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?», *Varia Historia*, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752009000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, acessado em 15.11.2016.
- CRONIN, Michael. 2006. *Translation and Identity*. London and New York: Routledge. E-book.
- DASILVA, Xosé Manuel. 2016. «En torno al concepto de *semiautotraducción*», *Quaderns*, https://ddd.uab.cat/pub/quaderns/quaderns_a2016n23/quaderns_a2016n23p15.pdf, acessado em 15.11.2016.
- DELANTY, Gerard. 2012. «Introduction: the emerging field of Cosmopolitan Studies». *Routledge Handbook of Cosmopolitan Studies*, Gerard Delanty (ed.). Abingdon, Oxon and New York : Routledge, 1-8.
- DENIS, Ferdinand. 1932. *Journal : 1829-1848*, édition et notes de Pierre Moreau. Fribourg et Paris: Librairie de l'Université.
- DOMÍNGUEZ PRIETO, César. 2013. «What Does the Comparative Do for Cosmopolitanism?», *PMLA*, https://www.academia.edu/4729775/What_Does_the_Comparative_do_for_Cosmopolitanism, acessado a 15.11.2016.
- DOMÍNGUEZ, César. 2011. «World Literature and Cosmopolitanism», *The Routledge Companion to World Literature*, Theo D'haen et al. (eds.). London and New York: Routledge, 242-252.
- FRANÇA, José-Augusto. 2003. «Perspectiva do Romantismo português», *História da Literatura Portuguesa: o Romantismo*, Carlos Reis et al. (orgs.). Mem Martins: Publicações Alfa, 45-60.
- INGLIS, David. 2012. «Alternative Histories of cosmopolitanism: reconfiguring classical legacies», *Routledge Handbook of Cosmopolitan Studies*, Gerard Delanty (ed.). Abingdon, Oxon and New York : Routledge, 11-24.
- LOPES, Maria Alexandra Ambrósio. 2010. *Poéticas da Imperfeição. Autores e tradutores na primeira metade de oitocentos: Walter Scott e A. J. Ramalho e Sousa*, tese de doutoramento em Estudos de Tradução, Universidade Católica Portuguesa, <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4403/1/Tese%20Alexandra%20Lopes.pdf>, acessado em 15.11.2016.
- MACHADO, Álvaro Manuel. 1986. *Les Romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian Centre Culturel Portugais.
- MAIA, Rita Bueno. 2017. «Portuguese Knights-Errant in Nineteenth-Century Paris and Rio: Translation as Response to Exile in Global Cities», *Moving Bodies Across Transland*, special issue for *Cadernos de Tradução*, guest-edited by João Ferreira Duarte et al.
- MÓNICA, Maria Teresa. 1997. *Errâncias Miguelistas (1834-1843)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- PINTO, Cónego A. Ferreira. 1940. «Uma escola em França: Frei José da Sacra Família», *Boletim Cultural*, 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 5-10.
- RAMOS, Vítor. 1972. *A Edição de Língua Portuguesa em França: 1800-1850*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- SANTARÉM, 2.º Visconde de. 1919. *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém*, coligida, coor-

- denada e com anotações de Rocha Martins e publicada pelo 3.º Visconde de Santarém, VI volume. Lisboa: Alfredo Lamas Motta & C.ª L.da.
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos. 1989. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença.
- SARAIVA, António José e Óscar Lopes. 1997. «6.ª Época: o Romantismo», *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto editora, 653-934.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 2003. «História política militar e constitucional», *História de Portugal [1832-1851]*, volume VII. Lisboa: Editorial Verbo, 13-117.
- TIHANOV, Galin. 2015. «Narratives of Exile: Cosmopolitanism beyond the Liberal Imagination», *Whose Cosmopolitanism? Critical Perspectives, Relationalities, and Discontents*, Nina Glick Schiller e Andrew Irving (eds.). New York and Oxford: Berghahn, 141-159.
- VAN DER VEER, Peter. 2002. «Cosmopolitan Options», *Etnográfica*. http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_06/N1/Vol_vi_N1_15-26.pdf, acedido a 04.07.2016.
- VEIGA, Cláudio. 1979. *Um Brasileiro Soldado de Napoleão*. São Paulo: Editora Ática.
- VIALE, António José. 1861. *Elogio Histórico do Senhor João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, socio efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa, lido na sessão pública da mesma academia em 10 de março de 1861*. Lisboa: Typographia da mesma academia.